

SETEMBRO 2023

47ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Ricardo Stuckert/PR



## Por que Lula está errado em querer “devolver” o mandato a Dilma Rousseff

**Dona Iraci presa, traficantes soltos: Judiciário subverte conceito de crime**

**Polzonoff: o coração do Faustão e a corrupção entranhada em nós**

# Índice

Editorial: Inglaterra institui o “crime de pensamento” para proteger o abortismo **03**

---

Polzonoff: O coração do Faustão e a corrupção entranhada em nós **10**

---

Luciano Trigo: A popularidade de Trump só aumenta **17**

---

Por que Lula está errado em querer “devolver” o mandato a Dilma Rousseff **27**

---

Pedidos de recuperação judicial disparam com “tempestade perfeita” **41**

---

Dona Iraci presa, traficantes soltos: Judiciário subverte conceito de crime **49**

---

Dallas Jenkins, criador de “The Chosen”, quer Jesus “divertido” para todos **59**

---

 **USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*Adam Smith-Connor após audiência sobre seu julgamento por rezar silenciosamente pelo filho abortado. Foto: Reprodução Twitter/ ADF\_UK*

## EDITORIAL

# Inglaterra institui o “crime de pensamento” para proteger o abortismo

Um dos maiores sonhos de todo regime totalitário está prestes a se cumprir – não na Coreia do Norte, China, Venezuela, mas na (suposta-

mente) democrática Inglaterra, onde um homem será julgado pelo que é, literalmente, um “crime de pensamento”. Em novembro, Adam Smith-Connor, pai de família e veterano das Forças Armadas britânicas, comparecerá diante de um tribunal; a acusação? Rezar silenciosamente diante de uma clínica de aborto.

O “silenciosamente”, aqui, serve apenas para acrescentar uma camada adicional de surrealismo a todo o episódio. Afinal, já é suficientemente absurdo que um indivíduo seja impedido de se manifestar publicamente diante de uma clínica de aborto – ou, a rigor, de qualquer outro estabelecimento –, desde que não viole o direito de ir e vir das outras pessoas, que não deprede nem vandalize instalação alguma, que não submeta ninguém a constrangimentos. Se opositores do ex-presidente norte-americano

Donald Trump podem se reunir diante da Trump Tower, em Nova York, com todo tipo de cartazes e gritando todo tipo de slogans, por que indivíduos pró-vida não poderiam rezar e se manifestar diante de uma clínica de aborto? Por que, no primeiro caso, estamos diante do mero exercício da liberdade de expressão e manifestação, mas no segundo estaríamos diante de um crime gravíssimo que precisa ser punido pelo braço estatal?



*A oração silenciosa faz dele uma pessoa extremamente perigosa aos olhos do abortismo; tão perigosa que é preciso oferecer às clínicas de aborto uma proteção legal que nenhum outro tipo de local público tem*

Evidentemente, não há resposta racional a essa pergunta, mas os legisladores de algumas cidades britânicas abandonaram a lógica quando estabeleceram “zonas de censura” em torno de clínicas de aborto. Em Bournemouth, onde Smith-Connor cometeu sua “crimeira”, a chamada Ordem de Proteção do Espaço Público está em vigor desde outubro de 2022 e proíbe atos de “desaprovação ou aprovação” – uma tentativa cínica de dar um verniz “democrático” às restrições, que têm como alvo exclusivo o movimento pró-vida, pois entre as ações tornadas ilegais estão “realizar vigílias em que membros rezem em voz alta, recitem as Escrituras, se ajoelhem, aspirjam água benta no chão ou façam o sinal da cruz se percebem que passa um utilizador do serviço” (no caso, o serviço de aborto). Como afirmamos, essa proibição de atos públicos, sem nenhum tipo de violação a

direitos alheios, já é suficientemente totalitária; mas Smith-Connor nem isso chegou a fazer. Rezava silenciosamente, de costas para a clínica, e isso bastou para o veterano ser abordado por dois agentes que o questionaram sobre “a natureza de sua oração silenciosa”.

“Não me aproximei de ninguém, não falei com ninguém, não violei a privacidade de ninguém. Eu estava apenas parado em silêncio”, disse Smith-Connor após uma primeira audiência, no último dia 9 de agosto, na qual se declarou inocente das acusações. Mesmo assim, sua oração silenciosa – especialmente a oração pelo filho falecido em um aborto para o qual ele colaborou, ao levar a ex-namorada a uma clínica e pagar pelo serviço – faz dele uma pessoa extremamente perigosa aos olhos do abortismo; tão perigosa que é preciso oferecer às clínicas de

aborto uma proteção legal que nenhum outro tipo de local público tem. Pode-se protestar diante de lojas, escritórios de grandes empresas, igrejas, prédios do governo, sedes de partidos políticos, até mesmo de instalações militares, mas diante de clínicas de aborto não se admite nem mesmo uma oração silenciosa, que passaria despercebida a praticamente todos os demais transeuntes que se encontrassem naquele local, naquele momento.

Como já afirmamos neste espaço, em janeiro, este nível de repressão combina grandes doses de autoritarismo com doses igualmente grandes de paranoia e medo. A pretensão de controlar e punir aquilo que vai no íntimo de cada pessoa, negando-lhe até mesmo o direito de uma manifestação silenciosa – que, a bem da verdade, nem “manifestação” é, pois permanece



guardada na mente do indivíduo – no caso do aborto, tem em sua raiz a insegurança de quem, no fundo, não tem a certeza moral que diz ter a respeito da “bondade” do ato de eliminar um ser humano indefeso e inocente. Para que essas pessoas não sejam atormentadas pela voz de sua consciência, diante da evidente crueldade do aborto, precisam calar qualquer coisa que possa despertar essa voz – ainda que seja a simples visão de alguém parado na rua. Quando as liberdades de ir e vir, de expressão e religiosa se tornam mero detalhe a ser abolido em nome da hipersensibilidade e da insegurança alheias, o resultado é a concretização das ficções orwellianas.



[Voltar ao índice](#)



*Assim que saiu a notícia de que Faustão tinha conseguido um coração, começaram as especulações quanto à rapidez do processo. Ô loko, meu!| Foto: Reprodução / Band*

## OPINIÃO

**Polzonoff**

### **O coração do Faustão e a corrupção entranhada em nós**

Fausto Silva, o Faustão de todas as tardes de domingo, foi submetido a um transplante de

coração. Por sinal, um domingo. Isso apenas uma semana depois de o estado de saúde dele virar motivo de preocupação nacional. Sabe-se lá o que (especula-se que tenha sido a vacina contra a Covid-19) causou uma insuficiência cardíaca grave (se bem que toda insuficiência cardíaca é grave, né, Paulo!) no simpático ex-gordo.

Assim que saiu a notícia – feliz! – de que Faustão tinha conseguido um coração, começaram também as especulações – infelizes! – quanto à rapidez do processo. “Meu tio/primo/avô/sobrinho/cachorro/papagaio está há dois/cinco/dez/cinquenta anos esperando um coração. Aí vai um rico e consegue em uma semana. É muita injustiça”, indignou-se mais de uma pessoa pelo Twitter –

que durante algum tempo ainda me recusarei a chamar de X.

“Quantos Rolex custou esse coração aí?”, perguntou outro, insinuando que o apresentador furou a fila na base do pixuleco. Faustão que, você há de saber, é fã de relógios. A desconfiança é tanta que até a instituição queridinha daquela esquerda que acredita que o Estado é capaz de prover tudo, o SUS, ganhou cifrões e virou \$U\$. Tudo porque Faustão foi salvo por um transplante rápido.

## **Exceção à regra**

Não é mistério para ninguém que o SUS não mora no lado esquerdo do meu peito, mas nessa coisa de transplante (e até como exceção que confirma a regra) a fila única funciona. E é justa

– tanto quanto é possível dizer que pode ser justo decidir quem tem prioridade de acordo com certos critérios. Lembrando que a fila única serve tanto para os hospitais públicos quanto privados.

O que explica, então, que Faustão tenha recebido um coração tão rápido assim?

Primeiro, o estado de saúde dele. Faustão era o número 2 da fila. Depois há o fator compatibilidade. E, novamente, Faustão foi “agraciado” com um tipo sanguíneo mais raro, B. Mas eu, você e até a torcida do Flamengo sabemos que vivemos num tempo em que nada é tão simples assim. Ou melhor, nada pode ser tão simples assim.

Vivemos tempos cheios de ressentimento contra as pessoas bem-sucedidas. Tempos em

que se acredita que o dinheiro compra absolutamente tudo, de coração para transplante a eleição presidencial. Pior! Vivemos tempos em que a corrupção está entranhada em nós. Ah, quer saber? Não vou perder a oportunidade do trocadilho tosco: vivemos tempos em que a corrupção está entranhada em nosso... coração.

**Ô loko, meu!**

O que é perigoso, muito perigoso, perigosíssimo. E aqui vou abandonar a primeira pessoa do plural porque quero ficar fora dessa. As pessoas (vocês!) não conseguem confiar minimamente no próximo. Não conseguem pressupor um mundo em que as relações não sejam regidas por negociatas e conchavos de todos os tipos. Não conseguem nem mesmo se

compadecer da dor alheia, quanto mais ficar felizes quando a medicina consegue salvar a vida de um ícone da cultura popular.

A corrupção, repito, está entranhada em nós. A ideia de corrupção. Esse medo cotidiano de estarmos sendo enganados. O. Tempo. Todo. De estarmos sendo feitos de otários por malandros. Malandros ricos.

E se voltei a me incluir na multidão é porque reconheço: também eu não estou imune a essa paranoia que há muito abandonou a política para fazer parte de todos os aspectos da nossa vida.

Mas aí o psicanalista que habita em mim se vê obrigado a perguntar: será que as pessoas não reagem assim (percebeu?) porque projetam

suas “espertezas” nos outros? Usando o caso do Faustão, será que no lugar dele você correria para oferecer um pixuleco ao primeiro médico que encontrasse, só para poder furar a fila de transplantes? E indo mais além: será que você não procura corrupção em tudo porque já está com o coração corrompido pela velha e má Lei de Gérson? Ô loko, meu!



**Autor:** Luciano Trigo é escritor, jornalista, tradutor e editor de livros. Autor de 'O viajante imóvel', sobre Machado de Assis, 'Engenho e memória', sobre José Lins do Rego, e meia dúzia de outros livros, entre eles infantis.\*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo



[Voltar ao índice](#)





*Donald Trump foi fichado e precisou pagar uma vultosa fiança para não ficar preso | Foto: Reprodução Instagram*

## OPINIÃO

**Luciano Trigo:**

# A popularidade de Trump só aumenta

Na semana passada, Donald Trump se apresentou à Justiça no condado de Fulton, na

Geórgia, onde foi fichado e precisou pagar uma vultosa fiança para não ficar preso. Isso por conta de um inquérito que tenta implicá-lo em uma suposta organização criminosa que contestou o resultado das eleições de 2020. Contestar o resultado de uma eleição, como se sabe, não é permitido na nova democracia.

Ao todo, Trump é acusado de 91 crimes, em quatro processos – dois na esfera federal e dois na esfera estadual, um deles na Geórgia. Mas, mesmo com o assumido empenho do consórcio que une a grande mídia e a Justiça dos Estados Unidos em destruí-lo e impedir o seu retorno à Casa Branca (pois, no fundo, é disso que se trata), sua popularidade não cai.

Ao contrário: Trump continua favorito absoluto à indicação, pelo Partido Republicano, como

candidato à eleição presidencial do ano que vem, em novembro de 2024, bem à frente de seus colegas Ron DeSantis, governador da Flórida, e do empresário Vivek Ramaswamy – este um filho de imigrantes indianos. Trump também continua na frente de Joe Biden na preferência do eleitorado, segundo a maioria das pesquisas de intenção de voto.

Não é preciso ser um especialista em ciência política para entender que, na percepção de boa parte da sociedade americana, Trump está sendo vítima de uma perseguição – e que isto está se voltando a seu favor. Esta é a primeira lição a tirar, pelo paralelo evidente com a situação brasileira. Mesmo aqueles que estão do lado de quem persegue deveriam parar e refletir sobre o que estão fazendo, porque as consequências podem não ser as planejadas.

Sinal desse fenômeno é que o próprio Trump postou orgulhosamente no Twitter a sua mug shot – a foto que tiraram na delegacia em Fulton – como uma ferramenta de campanha, com o slogan “Never surrender” (“Nunca se renda”). No momento em que escrevo, a postagem já tem mais de 1,6 milhão de curtidas e mais de 100 milhões de visualizações no Twitter. A imagem virou até estampa de camiseta, e depois do episódio da prisão a campanha do ex-presidente arrecadou 7,1 milhões de dólares nos últimos dias.

Trump escreveu, em um comunicado no seu site: “O povo americano sabe o que está acontecendo. O que aconteceu é uma caricatura de justiça e INTERFERÊNCIA ELEITORAL. A esquerda quer intimidar VOCÊ para que não vote em um político outsider que coloca o povo

americano em PRIMEIRO LUGAR. Mas hoje entrei na cova dos leões com uma mensagem simples em nome de todo o nosso movimento: NUNCA ME RENDEREI NA NOSSA MISSÃO DE SALVAR A AMÉRICA”.

O comunicado termina com um apelo aos eleitores americanos para darem um fim, na próxima eleição, ao governo Joe Biden, encerrando “este capítulo sombrio da História da nossa nação”.

Fato é que, na percepção de muitos desses eleitores, a eleição presidencial de 2020 foi fraudada, e não há consórcio que mude esta percepção. Ora, é isso que acontece quando o cidadão comum deixa de acreditar na imparcialidade de instituições que deveriam ser neutras.

Muito se fala em defesa da democracia, mas em qualquer democracia digna do nome a isenção deveria ser o principal dever da Justiça e o maior capital da mídia. Aliás, em um e outro caso, não basta ser: é preciso também parecer, como no ditado sobre a mulher de César.

Acreditava-se que, depois do episódio da invasão do Capitólio, a carreira política de Trump estava encerrada, e que o Partido Republicano seguiria uma via mais moderada. Está acontecendo exatamente o contrário. Não é difícil entender por quê.

Se, na percepção do cidadão americano comum, tanto a Justiça quanto a grande mídia abriram mão da isenção e aderiram abertamente a um lado em detrimento de outro, por que este

cidadão deveria acreditar no que afirmam a grande mídia e a Justiça?

Este cidadão pode não manifestar sua opinião, por medo de represálias, por receio de perseguição judicial ou cancelamento. Porque, como todo mundo sabe, na nova democracia é crime votar no candidato errado. Mas o pensamento e o voto ainda são livres. Muitos eleitores ficam calados mas, no íntimo, continuam acreditando que a eleição de 2020 foi fraudada, que Biden não é um presidente legítimo, e que Trump defende e representa melhor os interesses da América. Qualquer sinal de perseguição só fará reforçar essas convicções.

A conclusão necessária é que a perseguição é politicamente positiva não somente para Trump, mas também para qualquer político

que, aos olhos da sociedade, seja um alvo do sistema. Por paradoxal que pareça, cada denúncia, cada indiciamento, cada artigo, cada reportagem publicada contra ele apenas reforça a narrativa e a crença de que Trump é um homem inocente perseguido pelo sistema.

O problema não termina aí. Por declarada que seja a intenção de acelerar o julgamento dos processos que correm contra Trump, com o objetivo de condená-lo antes da eleição de 2024, não é certo que isso vá acontecer. Além disso, pela legislação americana, mesmo que seja condenado Trump poderá concorrer. Ou seja, não será uma eventual condenação que o tirará da disputa – a não ser, é claro, que ele caia muito nas pesquisas, o que neste momento não parece provável.



Outro fator preocupante para o Partido Democrata é que Biden, o atual presidente e candidato à reeleição, está com 80 anos. Se na campanha de 2020 ele já dava sinais de senilidade, na campanha de 2024 isso só tende a piorar, e preocupações com sua saúde física e mental podem afugentar muitos eleitores.

Ocorre que a vice-presidente Kamala Harris – e isto, para mim, foi realmente uma surpresa – definiu politicamente desde a eleição de 2020, é hoje extremamente impopular e não teria a menor chance de vencer se fosse a candidata Democrata em 2024 – o que se imaginava que aconteceria, em 2020. Outra lição a tirar daí é que não se pode prever tudo, já que o tempo mostra, invariavelmente, que muitas previsões que pareciam óbvias falham de forma miserável.

Não há alternativas viáveis no Partido Democrata para 2024, portanto. Diferentemente do que aconteceu no Partido Republicano – no qual DeSantis e Ramaswamy despontam como lideranças com grande potencial eleitoral – entre os democratas não surgiram líderes jovens e populares em nível nacional. É claro que o antitrumpismo de uma grande parcela da sociedade americana também é forte, mas ele é hoje o único trunfo do atual presidente.



**Autor:** Luciano Trigo é escritor, jornalista, tradutor e editor de livros. Autor de 'O viajante imóvel', sobre Machado de Assis, 'Engenho e memória', sobre José Lins do Rego, e meia dúzia de outros livros, entre eles infantis.\*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*Lula na posse de Dilma como presidente do banco do Brics, na China, em abril  
Foto: Ricardo Stuckert/PR*

## REPARAÇÃO HISTÓRICA

# Por que Lula está errado em querer “devolver” o mandato a Dilma

Por Bruna Komarchesqui

Depois de vir classificando o impeachment de Dilma Rousseff como “golpe” desde o início deste mandato, Lula declarou que vai buscar

uma forma de reparar a suposta injustiça sofrida pela petista em 2016. A ideia, que ganhou coro com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, é fazer uma devolução simbólica do mandato a Dilma, assim como o Congresso Nacional fez em 2013 com João Goulart (1919-1976), destituído pelo golpe militar de 1964.

Os petistas alegam que Dilma foi inocentada pelo TRF-1 na acusação das “pedaladas fiscais”, porém, o que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) fez foi manter, por 3 votos a 0, o arquivamento da ação de improbidade administrativa contra a ex-presidente, sem resolução de mérito. “Na semana passada, a Justiça Federal em Brasília absolveu a companheira Dilma da acusação que a ela tinha sido feita da pedalada. A Dilma foi absolvida e eu agora vou discutir como é que a gente vai fazer. Não dá

para reparar o direito político porque se ela quiser voltar para ser presidente, eu quero terminar o meu mandato”, disse Lula.

“Entendo que cabe um projeto de resolução nesse sentido com base na decisão do TRF-1, que deixa claro que o impeachment foi uma grande farsa, que a história das pedaladas foi uma armação, literalmente um golpe”, afirmou Gleisi. Embora Lula alegue que Dilma “foi julgada por uma coisa que não aconteceu”, o processo de impeachment foi bem fundamentado juridicamente e teve acompanhamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

## **O processo**

A sessão do Senado que cassou o mandato de Dilma terminou às 13h55 do dia 31 de agosto de

2016, com 61 votos a favor e 20 contra, colocando um fim aos 13 anos da Era PT na Presidência e aos nove meses em que o processo se arrastou no Congresso. Primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma foi a segunda pessoa a ter o mandato cassado (o primeiro foi Fernando Collor, em 1992) na recente história democrática brasileira.

O pedido de impeachment aceito pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015, foi apresentado dois meses antes pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal. O documento apontava três acusações contra o governo Dilma: os prejuízos com a corrupção na Petrobras (o que incluía a compra da refinaria de Pasadena e os escândalos desnudados pela Lava Jato), a abertura de créditos suplementares para o

Orçamento sem passar pelo Congresso e manobras contábeis para maquiar gastos federais excedendo os limites da lei, as chamadas “pedaladas fiscais”. O processo de impeachment foi aberto em cima dos dois últimos pontos. Naquele momento, a tese de golpismo já era levantada por petistas, mas foi rejeitada inclusive pelo agora vice-presidente Geraldo Alckmin (então governador de São Paulo). “Eu tenho ouvido muito que o impeachment é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira, e a Constituição não é golpista”, resumiu.

## **O que diz a Constituição**

O processo de responsabilização e destituição do Presidente da República por crime de responsabilidade, chamado de impeachment,

está previsto na Constituição Federal de 1988. No artigo 52, a Carta Magna dispõe que cabe ao Senado Federal “processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade”.

A condenação, que precisa alcançar dois terços de votos dos senadores, resulta em “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública”. Apesar disso, Dilma não perdeu seus direitos políticos após o impeachment, graças a um pedido do então líder da bancada do PT no Senado, senador Humberto Costa, ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para que as penalidades fossem votadas separadamente.

No artigo 85, a Constituição ainda especifica como “crimes de responsabilidade os atos do



Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais”.

Apesar de o processo ser apontado pelos governistas como uma conspiração da oposição, e portanto um “golpe”, o mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra André Felipe Portugal recorda que “o próprio sistema optou por possibilitar um julgamento também político”, uma vez que a Constituição estabelece “que cabe exclusivamente ao Senado

Federal o juízo de valor a respeito da prática de crimes de responsabilidade pelo presidente da República”.

“Deixadas as preferências políticas de lado, não é possível se referir a isso como uma ruptura, nem mesmo branda, da ordem institucional: o próprio sistema autoriza que assim seja. Por isso mesmo, o impeachment de Dilma não é um golpe”, conclui.

### **Rito foi avalizado pelo STF**

O rito foi definido pelo então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, em agosto de 2016, garantindo ampla defesa à acusada. A petista teve direito a uma fala de 30 minutos, mesmo tempo concedido à argumentação da acusação. Além disso, cada parte teve o direito de

convocar seis testemunhas para serem ouvidas no dia da votação final.

Durante o julgamento, Dilma negou os crimes em discurso no Senado. “Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada. Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade, nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público”, declarou.

Responsável por comandar o processo de impeachment, de acordo com a legislação, Lewandowski também presidiu a sessão de julgamento no Senado e leu em plenário a sentença de destituição da presidente.

## **Pedaladas fiscais**

Dilma Rousseff foi condenada com a perda do mandato pelos senadores por atrasar propositalmente repasses a bancos, como forma de maquiar as contas do governo, as chamadas “pedaladas fiscais”. O objetivo das manobras contábeis era criar um cenário artificial em que o governo gastava menos do que a arrecadação, o que não ocorria naquele momento.

Conforme o TCU, a União não estava ressarcindo no prazo os bancos que pagavam os benefícios sociais, como o Bolsa Família, o que caracteriza uma operação de empréstimo. Somente no primeiro semestre de 2015, foram R\$ 40 bilhões em repasses atrasados.

“Essa conduta fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o artigo 36 da Lei 101/200 proíbe a concessão de empréstimo pelos bancos públicos à União. Além disso, o governo possuía despesas não honradas superiores aos valores arrecadados, e essas despesas não foram contabilizadas caracterizando, assim, uma ‘maquiagem’ nas contas públicas”, detalha a procuradora da República Thaméa Danelon.

No processo, também foi discutida a edição pela petista de três decretos para originar créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional. De acordo com o pedido protocolado pelos juristas, os decretos editados por Dilma entre 2014 e 2015 resultaram na abertura de R\$ 18,4 bilhões em créditos suplementares.

## Manifestações populares

As acusações de crime contra Dilma Rousseff receberam o apoio popular, o que se evidenciou pelas manifestações ganhando força em todo o país. Em março de 2016, cerca de 3,5 milhões de brasileiros foram às ruas contra o governo, indicando para analistas que os dias da petista na Presidência estavam contados.

“O fato é que o governo, hoje, provavelmente já perdeu sua maioria, está em uma espiral descendente. É uma questão de tempo”, analisou o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), para a Gazeta do Povo na época.

## Leniência na Petrobras

Os juristas que protocolaram o pedido de impeachment argumentaram ainda que Dilma agiu como se não soubesse das irregularidades na Petrobras. Em 2014, durante o pleito eleitoral, ela negou os desvios ocorridos na estatal, embora tenha atuado como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, como ministra-chefe da Casa Civil e ministra de Minas e Energia do Brasil antes de ser presidente do país. Dilma também manteve Graça Foster na presidência da estatal de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015. “Foi sob a gestão de Graça que parte do ‘saque’ à Petrobras foi realizado”, recorda o jurista Ives Gandra da Silva Martins.

Ele acentua que a legislação brasileira não restringe a improbidade administrativa a casos

de enriquecimento ilícito. “A Lei 1.079/50, modificada pela Lei 10.028, declara, em seu artigo 9.º, inciso III, ser crime de responsabilidade do agente público não tornar efetiva a responsabilidade de seus subordinados em face de delitos funcionais ou atos contrários à Constituição”, lembra. “Dilma demonstrou, pelo menos, se não conivência, uma fantástica incapacidade gestora e uma inacreditável omissão, a que se acrescem negligência, imperícia e imprudência em permitir que tudo isso ocorresse, além do fato de não ter tornado efetiva a responsabilidade desses subordinados pelos atos lesivos que praticaram”, analisa o jurista.



[Voltar ao índice](#)



## LOJAS AMERICANAS



*Lojas Americanas foi uma das grandes empresas que pediu recuperação judicial em 2023. | Foto: Jonathan Campos/Arquivo/Gazeta do Povo*

### EMPRESAS

## Pedidos de recuperação judicial disparam com “tempestade perfeita”

Por Célio Yano

A quantidade de pedidos de recuperação judicial no Brasil cresceu 55,8% nos sete primeiros meses de

2023 na comparação com o mesmo período de 2022, segundo dados da Serasa Experian. Até o mês de julho foram 695 requisições, das quais 550 foram deferidas, a maior parte de micro e pequenas empresas.

A recuperação judicial é uma forma que as companhias buscam de evitar a falência em meio a uma crise financeira, não só para benefício dos sócios e acionistas, mas também de empregados, fornecedores e clientes. Caso o pedido seja aceito pela Justiça, a empresa obtém a permissão de suspender e renegociar dívidas com seus credores, evitando o encerramento de suas atividades e preservando empregos. Somente em julho, foram registrados 102 pedidos, uma alta de 82,1% ante o mesmo mês do ano passado. Ainda segundo o levantamento, o total de falências requeridas também apresentou alta, de 36,4%, no acumulado dos sete primeiros meses do ano.

# Indicadores de falência e recuperação judicial até julho de 2023

## Recuperações Judiciais

	Requeridas	Deferidas
MPE	438	331
Média empresa	185	152
Grande empresa	72	67
Total	695	550

## Falências

	Requeridas	Deferidas
MPE	358	292
Média empresa	162	88
Grande empresa	140	42
Total	660	422

Fonte: Serasa Experian

Os indicadores são resultado de uma "tempestade perfeita", que inclui altas taxas de juros, pressão

inflacionária e baixo fluxo de caixa nas empresas em razão do período recente de crise econômica, explica Luciano Velasque Rocha, sócio do escritório Madrona Fialho Advogados.

"A conta da pandemia chegou", diz o advogado. "A empresa que tenta buscar crédito no mercado agora vai encontrar um preço muito diferente do que encontrou em 2020 e 2021, quando a gente chegou a 2% de taxa Selic", diz. "Naquele contexto, houve muita repactuação, muito reperfilamento de dívida, mas chega um momento em que o prazo de carência acaba, as condições anteriores retornam e simplesmente não é possível continuar a obter financiamentos naqueles patamares."

"Os pedidos de recuperações judiciais são um resultado do número das empresas que acumularam uma quantidade significativa de

dívidas atrasadas, chegando à beira da insolvência", diz Luiz Rabi, economista da Serasa Experian. "Para aqueles CNPJs que precisam evitar essa situação, é importante tentar o quanto antes a reestruturação financeira, baseada em negociação de débitos com os credores e formas de gerar mais receita para arcar com os compromissos financeiros", afirma.

Como há uma espécie de represamento de pedidos de recuperação judicial, a tendência é que o cenário se mantenha no segundo semestre. "No curto prazo dificilmente haverá uma grande mudança, porque as recuperações judiciais que estão entrando agora são decorrentes de situações de crise do início do ano, do fim do ano passado", diz Velasque Rocha.

Entre as companhias que pediram recuperação judicial este ano estão nomes conhecidos como

Lojas Americanas, Grupo Petrópolis, Light, Oi, Raiola, Nexpre e Avibras. De acordo com os números da Serasa Experian, no entanto, o principal setor atingido é o de serviços, que registrou os maiores indicadores de falência e recuperação judicial em todos os meses do ano até agora.

Mais um deles foi tornado público na terça-feira (29). A agência de viagens 123milhas entrou com pedido de recuperação judicial, em meio à crise após a suspensão dos pacotes promocionais de passagens aéreas. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o valor da causa é de mais de R\$ 2 bilhões.

## **Pedidos de recuperação judicial até julho de 2023 por setor**

- Comércio: 206

- Indústria: 134
- Serviços: 302
- Primário: 53
- Total: 695

*Fonte: Serasa Experian*

"O aumento nos pedidos de recuperação judicial tem atingido não só grandes empresas, mas também as corporações de todos os portes nos mais variados segmentos e ramos de atuação", diz Filipe Denki, sócio do escritório Lara Martins e especializado em direito empresarial e recuperação judicial.

Para Velasque Rocha, há uma tendência de melhora do cenário no médio prazo, caso o Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central mantenha o viés baixista na taxa básica de

juros nas próximas reuniões. "Tem muita empresa que não opera se não tiver crédito", ressalta.

No longo prazo, ele considera haver sinalizadores importantes para a melhora do cenário, como o aumento da confiança dos mercados na economia local e o avanço de mudanças legislativas, como a reforma tributária e a nova regra fiscal.

"Quando as instituições financeiras enxergam o mercado com menos aversão a risco, o crédito fica mais farto e conseqüentemente mais barato", diz.

"Tudo isso são bons sinais, mas se de fato não forem para frente, vão ficar apenas como sinais."



[Voltar ao índice](#)





*Iraci Nagoshi, de 70 anos, ficou presa por sete meses; enquanto isso, traficantes têm sido liberados por decisões controversas do Judiciário. | Foto: Reprodução*

## JUSTIÇA

# Dona Iraci presa, traficantes soltos: Judiciário subverte conceito de crime

Por Leonardo Desideri

Em abril de 2023, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) devolveu ao narcotraficante André do Rap

seu Porsche de 2016, seus quatro jetskis, seu helicóptero de R\$ 7,2 milhões, entre outros bens de luxo que haviam sido apreendidos em operações policiais no passado; em maio, o mesmo STJ absolveu um traficante que confessou a posse de 257 pinos de cocaína, porque a confissão teria ocorrido sob "estresse policial"; em junho de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) inocentou dois traficantes que carregavam 695 kg de cocaína encontrados pela Polícia Federal (PF), porque a busca e apreensão que acarretou a prisão deles ocorreu sem mandado judicial; também em junho, o ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ, liberou Leonardo Lima, o "Batatinha", um dos líderes do PCC.

Enquanto tudo isso acontecia na Justiça brasileira, Iraci Nagoshi, de 70 anos, estava sem

seus remédios para diabetes, perdia peso, tinha crises de ansiedade e apresentava sinais de depressão nos sete meses em que ficou presa por ter ido às manifestações do 8 de janeiro em Brasília. Ela não participou dos atos de vandalismo. Iraci foi liberada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, no dia 7 de agosto, mas continua sendo forçada a usar uma tornozeleira eletrônica e a cumprir outras medidas cautelares.

Como Iraci, dezenas de brasileiros que nem sequer participaram dos atos de depredação do 8/1 foram vítimas de violações flagrantes aos direitos humanos nos últimos meses. Diversos idosos, pessoas com doenças graves, um autista e mães de crianças menores de 12 anos foram colocadas na cadeia sem o cumprimento do devido processo legal, sem individualização das

condutas e com violação das prerrogativas dos advogados de defesa.

O sistema judicial brasileiro vive, para juristas consultados pela **Gazeta do Povo**, uma subversão do conceito de crime, em que criminosos que geram risco evidente para a sociedade – como líderes de organizações criminosas, traficantes e homicidas – são colocados em liberdade, enquanto pessoas sem antecedentes criminais e objetivamente inocentes são enquadradas em crimes que não existem e tratadas como ameaças para a sociedade.

"Não tenho dúvida em dizer que este é um dos mais nebulosos capítulos da história jurídica brasileira. De um lado, vemos o fortalecimento da ideologia garantista, justamente do que

resultam decisões que favorecem criminosos habituais, especialmente os traficantes; de outro, há um rigor inexplicável com condutas que têm uma característica muito maior de protesto do que de qualquer ato efetivamente criminoso", afirma o jurista Fabricio Rebelo, coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes).

A subversão do conceito de crime não é levada a cabo sem certa resistência institucional. Recentemente, o procurador-geral de Justiça (PGJ) de São Paulo, Mario Sarrubbo, recorreu da decisão do STJ que libertou o traficante "Batatinha", do PCC. No recurso, Sarrubbo recorda o óbvio: que o traficante "é indivíduo da alta hierarquia de facção criminosa, sendo evidente sua periculosidade" e que o histórico de casos semelhantes "mostra que a fuga é a

escolha preferencial de criminosos dessa estirpe".

Esse tipo de reação, contudo, tem sido uma exceção no Brasil. As decisões que favorecem o narcotráfico são crescentes, e têm gerado temor do nascimento de um narcoestado no país.

Do outro lado, as violações aos direitos humanos e ao ordenamento jurídico brasileiro no caso do 8 de janeiro e em outras situações que envolvem a defesa de direitistas tendem a ser ignoradas pela principal entidade que poderia proteger as prerrogativas dos advogados: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Para o advogado Miguel Vidigal, especialista em Direito Civil, a perplexidade da população

diante desse quadro é natural. "O Brasil passa por um momento complicado social e jurídico. O cidadão comum, independente da preferência política, não entende essa forma de agir de parte do Judiciário nacional", observa.

### **Garantismo para traficantes e intransigência para manifestantes escancara duplo padrão do Judiciário**

No Brasil, nas últimas décadas, popularizou-se no meio jurídico a teoria do garantismo penal, do jurista italiano Luigi Ferrajoli, segundo a qual é preciso dar especial prioridade às garantias do acusado no processo penal.

A teoria tem sido aplicada com generosidade pelo Judiciário brasileiro no caso de traficantes, mas tende a ser menosprezada quando os

acusados são manifestantes de direita, alvos dos inquéritos do STF ou membros das polícias.

Para Rebelo, o principal motivo desse duplo padrão é o crescente envolvimento do Judiciário em questões políticas. "A única explicação que se evidencia é a politização da Justiça, como se houvesse um entendimento prévio de que um determinado espectro político representa uma ameaça à democracia e, por isso, precisa ser reprimido, para o que valeria criminalizar toda mobilização sua", diz.

Chama a atenção, nas justificativas do Judiciário, o esforço argumentativo para justificar a liberação de traficantes e, por outro lado, de buscar pretextos para a criminalização de senhoras idosas e de pessoas com pouca ou



nenhuma capacidade física para cometer atos violentos.

No caso de "Batatinha", do PCC, por exemplo, o STJ entendeu que o traficante teria sido perseguido pelos policiais porque demonstrou nervosismo, o que, de acordo com o tribunal, é um elemento subjetivo que não pode fundamentar uma abordagem policial – em resumo, os policiais teriam sido preconceituosos ao desconfiar de Batatinha, porque usaram um elemento intuitivo para ir atrás dele; por isso, sua prisão não valeu.

No caso de idosos como Iraci Nagoshi, ou do catador de materiais recicláveis Jean de Brito Silva – que tem deficiência intelectual moderada e autismo, e é incapaz criminalmente –, a mera presença deles em uma manifestação

foi suficiente para acusá-los de crimes graves como associação criminosa armada e golpe de estado.

Para Miguel Vidigal, essa interpretação elástica e ao sabor do juiz pode ser explicada pelo fenômeno do neoconstitucionalismo. "O ativismo judicial tem feito com que a lei deixe de ser impositiva e represente apenas um horizonte que o juiz não se sente obrigado a seguir. A lei passa a ser desprestigiada, a norma deixa de ter importância, e o papel do legislador originário é mero acessório para um Judiciário não eleito, mas com um protagonismo excessivo".



[Voltar ao índice](#)



*Dallas Jenkins, de azul, dirige com leveza as cenas do seriado “The Chosen”|  
Foto: Divulgação/The Chosen*

## CULTURA

### Criador de “The Chosen” quer Jesus “divertido” para todos

Por Thomas Mafra

Algumas pessoas precisam tomar um tombo até encontrar um caminho para a vida. Mesmo que hoje pareça improvável, esse é o caso de Dallas

Jenkins, diretor e criador de *The Chosen: Os Escolhidos*, que passa a ter dois de seus capítulos exibidos em cinemas da rede Cinemark em 45 cidades do Brasil. O americano de 48 anos veio ao país para celebrar a ocasião, que marca um grande momento em sua carreira, e bateu um papo com a **Gazeta do Povo** sobre o seriado.

Antes de lançar o piloto da série que acompanha Jesus Cristo e seus apóstolos, em 2017, Jenkins estava dedicado a uma carreira como produtor de filmes. Esse era seu foco até o lançamento de *A Ressurreição de Gavin Stone*, uma “dramédia” cristã, que tinha seu sucesso atrelado à possibilidade de um acordo de dez anos com a Blumhouse, produtora responsável por longas indicados ao Oscar, casos de *Whiplash*: Em Busca da Perfeição e *Infiltrado na Klan*.

“Em duas horas, passei de um diretor com um futuro muito brilhante, que finalmente conseguiu sucesso em Hollywood, a um diretor sem futuro”, contou Jenkins sobre a primeira semana de seu longa em cartaz. O fracasso nas bilheterias o fez procurar novas ideias, principalmente por saber que o acordo que garantiria sua carreira em Hollywood até 2027 havia caído por terra. Até que um dia, enquanto assistia televisão, percebeu que não existiam muitos produtos com diversas temporadas que contassem a história de Cristo. Foi aí que nasceu a ideia para *The Chosen*.

## **Cinco pães e dois peixes**

O pontapé para correr atrás da parceria com a Angel Studios, responsável pela distribuição de *The Chosen* e do filme *Som da Liberdade*

(previsto para chegar aos cinemas brasileiros em 21 de setembro), veio de algo dito por sua esposa e de uma mensagem de texto recebida de um amigo. Coincidentemente, ambos lembraram Jenkins de como Cristo alimentou 5 mil homens com apenas cinco pães e dois peixes.

“Foi poderoso, como se a voz de Deus se tornasse audível”, relatou Jenkins, em 2019. A partir disso, com a “matemática impossível” na cabeça, encontrou-se com a Angel e entendeu que poderia financiar sua série no modelo de financiamento coletivo, o crowdfunding, sem depender de executivos do cinema americano e tendo total liberdade para sua visão artística.

Sem expectativas, ele conseguiu levantar com a vaquinha 10 milhões de dólares de 16 mil pessoas, fazendo do seriado o maior sucesso da

produtora. *The Chosen* só cresceu e hoje é assistido por 110 milhões de espectadores em 175 países, incluindo o Brasil. O plano é aumentar ainda mais a presença da série ao redor do globo, disponibilizando os episódios em mais de 600 idiomas.

Sua chegada aos cinemas brasileiros é um momento de comemoração para Jenkins que, durante sua entrevista para a **Gazeta do Povo**, vestia uma camiseta carregando a mensagem dos cinco pães e dois peixes. O diretor falou sobre sua visão de Jesus Cristo e como a série é feita para todos, inclusive não-cristãos.

**Muitas pessoas elogiam *The Chosen* por sua versão “divertida” de Jesus Cristo, um reflexo de seu próprio bom humor. O que o motivou a escolher essa abordagem para a série?**

O humor é uma parte muito importante do seriado, porque ele é capaz de conectar as pessoas. É um sentimento muito identificável e humano. As pessoas amam rir e a risada é um resultado de surpresa. Então, toda vez que você ri, por definição, isso vem de um lugar de surpresa, que te traz felicidade e lhe aproxima de quem o fez rir. E Jesus era muito assim na Bíblia, ele atraía pessoas. Crianças o amavam e pessoas o seguiam para todo lugar. Na maioria dos filmes, vemos Jesus muito sério, tedioso e distante, o que não faz nenhum sentido para mim. Amamos o humor, porque eu sinto que, além dele aproximar as pessoas de Cristo, o sentimento as leva para perto das histórias. E as pessoas amam rir quando assistem a um programa ou filme. Acho que é uma qualidade que conecta a série com os espectadores.



**Uma rápida olhada em suas redes sociais mostra que você leva desse bom humor para as filmagens. Qual a importância de criar um bom ambiente para os atores e toda equipe?**

Acredito que grande parte das maiores atuações e performances dos nossos atores e equipe vêm da confiança. Se uma pessoa se sente confiante e confortável, ela acabará dando sua melhor performance e trabalhará melhor. Então, tento dar um exemplo de relaxamento e leveza. Faço muitas piadas para que todos sintam que eu não me levo tão sério, ou que possa estar estressado. Ter um ambiente livre de estresse não só conecta todos entre si e a mim, mas também os deixa mais confortáveis e confiantes.

**Como você sente que a compra de uma propriedade no Texas para recriar a cidade**

## **bíblica de Cafarnaum impactou a experiência de gravar a série?**

Ter esse tanto de espaço é muito útil. Ela parece Israel em algumas partes, além de permitir que tenhamos nosso estúdio de gravação ao lado da nossa própria vila de Cafarnaum. Isso permite que fiquemos por perto e não precisemos viajar toda hora para filmagens, especialmente no meu caso. Agora, eu moro a 10 minutos do set, o que torna tudo mais fácil para a minha família. Nós amamos o Texas, porque as pessoas de lá e a nossa propriedade parecem muito autênticos para a série.

**The Chosen abre seus episódios com um aviso de que, além dos textos bíblicos, algumas cenas foram criadas para completar brechas nas**

**histórias. Você tem algum momento  
“ficcional” favorito na série?**

Oh, é uma ótima pergunta. Eu amo quando no terceiro episódio da terceira temporada, que se passa depois do que será exibido nos cinemas brasileiros, Jesus volta para sua cidade natal, participar de um jogo com amigos e visitar sua mãe em casa. Vemos Jesus falando com ela e se deitando em sua cama no quarto da infância. É uma das coisas favoritas que já fiz, mostrar que Jesus não era muito bom em esportes.

**Uma pessoa que não é ligada ao estilo de vida cristão pode se apaixonar pelo seriado?**

Eu tenho certeza de que pode, porque ouvimos toda hora relatos de pessoas que dizem “não sou religioso ou crente, mas amo essas histórias

e a mensagem de Jesus”. Eu amo o impacto emocional de contar uma história. Existem muitas séries e filmes que vejo e não acredito na espiritualidade deles, mas mesmo assim sou capaz de apreciar as histórias e me emocionar com o comportamento humano. Acho que é isso que está acontecendo agora.

**Você visitará algum marco religioso durante sua passagem pelo Brasil?**

Mal posso esperar para ver a famosa estátua [O Cristo Redentor]. Nunca a vi pessoalmente, afinal nunca estive no Brasil antes. Então, é bastante emocionante.



Voltar ao índice

## PARA SE APROFUNDAR

- STF esvazia juiz de garantias, agrada magistratura e põe em dúvida ganho esperado pela advocacia
- Haddad mira empresas, ricos e apostadores para arrecadar mais e fechar rombo do Orçamento
- Deflação na China ameaça o agro do Brasil, mas Planalto e Congresso não estão preocupados
- Quatro pontos para entender o passado, presente e futuro do Grupo Wagner
- Exemplo de coragem: o jornalista polonês que arriscou a vida pela liberdade do seu país
- “Touro Indomável” é obra atemporal sobre ignorância do homem que se nega a mudar

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice